

27 MAI 2022

MENSAGEM Nº 022/2022

Piral, 25 de maio de 2022

CMP - PIRAI-RJ Processo nº 0091 Rúbrice 112 - Fis_

Senhor Presidente,

Senhores Vereadores,

Encaminho em anexo o presente projeto de lei, onde o Executivo Municipal busca autorização legislativa-para-concessão a entidade conveniada Casa de Caridade de Piraí da contribuição oriundarda Secretaria Estadual de Saúde – Fundo Estadual de Saúde, por meio da Resolução SES-RJ Nº-21726 de 11 de maio de 2022, que institui o Componente Regional do interior – PAHI/RI do Programa de Apoio aos Hospitais Integrantes do SUS – PAHI

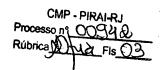
Se resta importante destacar, que tal repasse ao ente público municipal efetivado pela União, a título de contribuição em cumprimento ao disposto no artigo 26 da Lei Complementar 101/2000 — Lei-de-Responsabilidade Fiscal.

Os recursos em questão siá consignados na Lei Orçamentária de 2022 referem-se a incentivos financeiros a serem repassados Governo do Estado, através do Fundo Estadual de Saúde, a título de incentivo financeiro oriundo da Secretaria Estadual de Saúde – Fundo Estadual de Saúde, por meio da Resolução SES-RJ Nº 2.726 de 11 de maio de 2022, que institui o Componente Regional do interior – PAHI/RI do Programa de Apoio aos Hospitais Integrantes do SUS – PAHI.

O valor total do incentivo será de R\$ 2.880.000,00 (dois milhões, oitocentos e oitenta mil reais) que deverá repassado em parcela única.







Vale ressaltar que, para execução das despesas, já foi celebrado Termo de Compromisso entre o Município, a Instituição beneficiária e a Secretaria Estadual de Saúde.

Ressalte-se que o repasse cuja autorização legislativa se pretende através do presente projeto de lei, surge em boa hora, tendo em vista a todos os procedimentos que vem sendo realizados e adotados pela atual gestão, no sentido de promover melhores condições voltadas para o atendimento adequado e humanizado de toda população no âmbito da Saúde Pública.

Assim, mediante actudo-apresentado sencaminhamos a minuta em apreço, para tramitação em REGIME DE URGÊNCIA, na forma do artigo 118 do Regimento Interno desta digina Casa Legislativa, Contando com a apreciação e consequente aprovação do projeto de lei, sendo que aprove itamos o ensejo para renovar nossos votos e protestos de elevada estimaje distinta considêração.

Atenciosamente,

ARTHUR HENRIQUE GONÇALVES FERREIRA

Prefeito Municipal

A Sua Excelência o Senhor

ALEX JOAQUIM DA SILVA

Presidente da Câmara Municipal de Piraí

PIRAÍ – RJ.



PROJETO DE LEI № 升 /2022

EMENTA: "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER CONTRIBUIÇÃO À CASA DE CARIDADE DE PIRAÍ – HOSPITAL FLÁVIO LEAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A CÂMARA MUNICIPAL DE PIRAÍ, ESTADO DO RIO DE JANEIRO, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL SANGIONO ASEGUINTE LEI:

Art. 1°. Fica autorizado a contribuição a ser concedida, pelo Poder Executivo, a Casa de Caridade de Piraí Hospital Flavio-Leal no-valor de R\$ 2.880.000,00 (dois milhões, oitocentos e oitenta mil-reais) a serem repassados em parcela única.

Art 2°. Os recursos financeiros para efetivação da contribuição autorizada são oriundos da Secretaria Estadual de Saúde – Fundo Estadual de Saúde, por meio da Resolução SES-RJ Nº 27/26 de 11 de majo de 2022.

Art. 3°. As despesas desta lei, correrão pela verba própria do orçamento vigente, que, em sendo necessário, será suplementada

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 11 de maio de 2022,

Art. 5°. Revogam-se as disposições em contrário.

Ao Diretor Legislativo Para providências cabíveis.

Em 18/05/1908&

Alex Insquim da Silva
Presidente

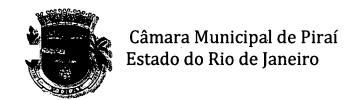
Presidente
Câmara Mustrinol de Dimi

A Sreocuradoria, Conforme solicitado pelo Presidente, encaminho para analise.

Emi. 30/05/22

Francis Bevilacqua Lin

C.M.P -PIRAÍ-RJ
Processo ng 00940
Rubrica Fls 05



COMISSÕES PERMANENTES EM CONJUNTO.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL.

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO.

COMISSÃO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL.

PROCESSO: Projeto de Lei nº 27/2022. Protocolo 00942/2022.

NATUREZA: Autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder contribuição à Casa de Caridade de Piraí – Hospital Flávio Leal e dá outras providências.

RELATORES: Carlos Alexandre Correia da Silva, Ronaldo Corrêa Leite e Sebastião dos Santos Justiniano.

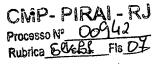
PARECER

- 1. Em razão do que dispõe o art. 53 da Resolução nº 378, de 20/12/2002 (Regimento Interno), as Comissões acima referenciadas em conjunto, examinam o projeto apresentado, com a conclusão ao final.
- 2. O projeto de lei ora apresentado tem como objetivo a autorização de contribuição para o Hospital de Piraí Hospital Flávio Leal, no valor de R\$ 2.880.000,00 (dois milhões, oitocentos e oitenta reais), em parcela repassado de forma integral e imediata.
- 3. Destaca ainda o Senhor Prefeito na Mensagem que encaminha o presente Projeto de Lei o pedido de tramitação em caráter de emergência, pois o projeto de lei tem por finalidade a transferência de recursos financeiros à Casa de Caridade de Piraí, qualidade de mantenedora do Hospital Flávio Leal, a título de contribuição, em cumprimento ao disposto no Art. 26 da Lei da Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101 de 2000).
- 4. A LRF descreve a partir do artigo 26, estabelece a necessidade de lei específica, fazendo também alusão as leis municipais que versam sobre o orçamento:

"Art. 26 – A destinação de recursos para, direta ou indiretamente, cobrir necessidades de pessoas físicas ou déficits de pessoas



Câmara Municipal de Piraí Estado do Rio de Janeiro



jurídicas deverá ser autorizada por lei específica, atender às condições estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias e estar prevista no orçamento ou em seus créditos adicionais.

§ 1° - ...

§ 2° - ..."

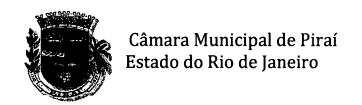
- 5. Antes da Lei de Responsabilidade Fiscal, havia os que entendiam desnecessária lei específica para autorizar auxílios, subvenções e contribuições, para isso bastaria uma dotação genérica na lei orçamentária anual. Essa ausência de detalhamento ensejava alta margem de discricionariedade, de tal sorte que, não raro, o Poder Executivo beneficiava outras entidades, como por exemplo, clubes de futebol em detrimento de hospitais filantrópicos ou orfanatos.
- 6. Em sendo assim, entendeu-se, para por fim a controvérsia, tanto quanto a subvenção, ora por contribuição, a ajuda estatal atentará sempre para estar individualmente autorizado em lei específica, de iniciativa do Poder Executivo, na qual compareça o nome da instituição e o valor do repasse.
- 7. Em conclusão, diante da exposição acima, os Relatores "in fine" assinados, opinam pela procedência do projeto e, consequentemente, pela APROVAÇÃO nos termos propostos.

SALA DAS COMISSÕES, 13 de junho de 2022.

Ronaldo Corrêa Leite Relator da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final e Membro da Comissão de Finanças e Orçamento.

Carlos Alexandre Correia da Silva Relator da Comissão de Finanças e Orçamento e Presidente da Comissão de Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final.

Telefax: (24) 2411-9500



Sebastião dos Santos Justiniano. Relator da Comissão de Saúde e Assistência Social

Conclusão das Comissões: Pelas conclusões dos ilustres relatores.

SALA DAS COMISSÕES, 13 de junho de 2022.

Carlos Alexandre Correia da Silva Presidente da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, Vice Presidente Da Comissão de Finanças e Orçamento e Vice-Presidente da Comissão de Saúde e Assistência Social. Ronaldo Corrêa Leite Vice-Presidente da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final e Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento

Sebastião dos Santos Justiniano Membro da Comissão de Saúde e Assistência Social

Luiz Fernando Colucci Júnior Presidente da Comissão de Saúde e Assistência Social e Membro da Comissão de Finanças e Orçamento.

Joao Carlos dos Santos Máximo Membro da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final